

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

-----Aos dez dias do mês de Julho do ano dois mil, nesta vila de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro e dos senhores vereadores João Carlos Barreiras Duarte, José Vítor Ribeiro Silva, Manuel Quintino Filipe Silva, Luis Alberto Camilo Duarte, Amílcar António Santos e Armando Salvador Maia da Fonseca. -----

-----Secretariaram a reunião o Chefe da Divisão Administrativa e Financeira em regime de substituição Sérgio Manuel Silva Duarte e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelas 16.20 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1256. RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Do dia 2000.07.10:-----
- | | |
|---|-----------------|
| Caixa Geral de Depósitos..... | 62.149.642\$00 |
| Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral... | 4.050.071\$50 |
| Banco Totta & Açores..... | 5.399.015\$00 |
| Banco Português do Atlântico..... | 13.590.828\$50 |
| Crédito Predial Português..... | 1.453.330\$00 |
| Banco Comercial Português..... | 1.615.684\$50 |
| Banco Pinto & Sottomayor..... | 721.853\$00 |
| Banco Nacional de Crédito Imobiliário..... | 35.181.899\$00 |
| Depositado em instituições de Crédito..... | 123.443.271\$50 |
| Em cofre..... | |
|Numerário..... | 97.023\$50 |
|Cheques..... | 89.735\$00 |
| Total de disponibilidades..... | 123.630.030\$00 |
| Documentos..... | 4.168.636\$50 |
| Total..... | 127.798.669\$50 |
| Operações Orçamentais..... | 30.551.789\$50 |
| Operações de Tesouraria..... | 93.078.240\$50 |
- 1257. PAGAMENTOS:** Foi tomado conhecimento da relação dos pagamentos efectuados durante o período de 2000.07.03 e 2000.07.07 no montante de 21.547.318\$50.-----
- 1258. ACTA N.º 34/2000:** Depois de lida e introduzidas pequenas correcções, foi deliberado por unanimidade aprovar a acta n.º 34/2000 da reunião ordinária de 2000.07.03.-----
- PRESENÇAS E AUSÊNCIAS:** Pelas 16.50 horas compareceu na reunião o senhor vereador João Carlos Duarte e ausentaram-se os senhores vereadores José Vítor Silva e Luis Duarte.-----
- DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----
- 1259. REUNIÃO NO I.E.P. – INSTITUTO DE ESTRADAS DE PORTUGAL:** No passado dia 04 de Julho foi recebido pelo administrador do Instituto Dr. Rui Neves Soares, tendo sido abordados os seguintes assuntos pendentes e ligados ao I.C.1 (A8): 1. electrificação dos nós da variante ao Bombarral; 2. drenagem e direccionamento das

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

águas pluviais junto a São Mamede; 3. Aquisição por parte da Câmara Municipal da parcela sobrance de expropriação feita oportunamente; 4. alteração e melhoria da sinalização no I.C.1; 5. não construção de ponte prevista no projecto. Relativamente à última situação abordada referiu que se tratava do restabelecimento previsto em projecto, não existindo margem para dúvidas que não era nada de novo, antes pelo contrário. Porque durante a reunião lhe foi referido não estarem de posse do ofício da Câmara n.º 15/00/G.P., de 15.03.2000, dei cópia do mesmo bem como de todo o processo – 2 plantas e moção e ainda fotocópia do Regulamento do P.D.M., através do qual se verifica a localização da U.O.P.G. 16 – área preferencial para o mercado de origem – dado o fácil aceso à E.N.8. Vão analisar toda esta questão para ver se a responsabilidade é do I.E.P. ou do concessionário. Quanto às outras questões vão ser analisadas para posterior tratamento, sendo que relativamente às águas pluviais e deficiente drenagem do I.C.1 junto a São Mamede foi pedido o envio de ficha técnica de identificação.-----

1260. **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL:** Informou o executivo que teve uma reunião com a Associação Comercial para análise do protocolo para emissão dos mapas de horários de funcionamento e sobre o URB COM. -----
1261. **TRIBUNAL:** Informou o executivo que na passada sexta feira se deslocaram ao Bombarral o arquitecto do Ministério da Justiça, tendo sido analisadas as obras das futuras instalações provisórias do tribunal em curso. -----
1262. **PRESENCAS:** Pelas 17.30 horas regressou à reunião o senhor vereador Luis Duarte. **LOTE 13 DE URBANIZAÇÃO NA RUA DA MISERICÓRDIA:** Informou o executivo que se irá reunir no próximo dia 11 de Julho com representantes da empresas H. Monteiro, Lda e dos condóminos do referido lote pelas 18.30 horas.-----
1263. **CORRESPONDÊNCIA COM O I.E.P.:** Fez entrega ao senhor vereador Manuel Quintino de cópia da correspondência enviada ao I.E.P. – Instituto de Estradas de Portugal. -----
- PRESENCAS:** Pelas 17.35 horas regressou à reunião o senhor vereador José Vítor Silva. -----
1264. **BENEFICIAÇÃO DE MORADIA:** “Informo o senhor vereador Manuel Quintino que acerca da notícia publicada no jornal Notícias do Bombarral sobre obras de beneficiação na minha moradia, que em 23.07.1998 fiz a respectiva comunicação. Este pedido teve um termo de responsabilidade assinado pelo eng. Paulo José Cruz Ferreira, técnico n.º 94, e correu os seus termos. O vereador Manuel Quintino não refere o âmbito da participação a que se queria referir, mas tem de ficar claro que fiz a participação à Câmara e os serviços procederam como é normal.”-----
1265. **VOLTA DE CICLOTURISMO:** Informou o executivo que decorreu com normalidade a Volta de Cicloturismo promovida pelo Grupo Desportivo e Recreativo de Azambujeira dos Carros que contou com um grande número de aderentes. -----
1266. **ASSALTO AOS PAÇOS DO MUNICÍPIO:** Informou o executivo de que na noite de sexta para sábado o edifício dos Paços do Município foi alvo de um assalto, tendo sido roubados um telemóvel do gabinete de apoio à presidência, e da Divisão dos Serviços Urbanos cerca de 30.000\$00 pertença de um grupo de funcionários. -----
1267. **CENTRO EMPRESARIAL DE BOMBARRAL – PÓLO II:** Pelas 17.40 horas compareceu na reunião o senhor arquitecto Nuno Morais, que questionado sobre o

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

processo do Centro Empresarial de Bombarral – Pólo II, informou que falta fazer o respectivo regulamento.-----

DO SENHOR VEREADOR LUIS DUARTE:-----

1268. PARQUE DE CAMPISMO DO PICOTO: Informou o executivo que reuniu hoje com o arquitecto que apresentou o projecto final de adequação ao terreno, pensando que os trabalhos sejam retomados o mais rápido possível. -----

1269. SUB SISTEMA DO SENHOR JESUS: “O sub-sistema do Senhor Jesus abastece cerca de 30% do concelho do Bombarral, cujas captações são compostas por 3 furos o PS1, o AC1 e o TD1. O AC1 produz cerca de 7.0 m³/h continuamente enquanto que o TD1 consegue produzir cerca de 6.0 m³/h mas tem que ser interrompida a exploração alguns dias para que o furo recupere. O PS1 é o furo que tem garantido 90% do abastecimento do sub-sistema com uma produção de cerca de 35.0 m³/h continuamente. A produção de cada furo ao longo do ano de 1999 pode ser verificada no gráfico em anexo. O PS1 quando iniciou a exploração produzia 52.2 m³/h em 1995, no início deste ano produzia 41.0 m³/h, actualmente está a produzir 35.0 m³/h, ou seja, a produção do furo está a baixar de mês para mês, pondo seriamente em perigo o abastecimento de água na época de maior consumo que está a agora a iniciar. Sendo assim é de extrema importância a execução de outro furo para o reforço do abastecimento do sub-sistema do Senhor Jesus não só porque os existentes não dão garantia de continuidade dos mesmos caudais de exploração, mas também para que haja uma alternativa ao furo PS1, porque caso aconteça alguma anomalia neste furo, os outros dois não conseguem garantir o abastecimento mesmo por um pequeno período de tempo.” -----

1270. REFORÇO DA CONDUTA DE ABASTECIMENTO AO BOMBARRAL: Espera que durante a próxima semana se iniciem os trabalhos para ligação à Fonte Velha, já prevendo a ligação dos novos depósitos a construir entre Azambujeira e Baraçais. ----

1271. TERRENOS PARA ESTÁDIO MUNICIPAL: “Pergunto ao senhor presidente da Câmara se houve mais algum desenvolvimento, porque como é público vai servir fundamentalmente o Sport Clube Escolar Bombarralense, que tem apenas mais um ano para poder jogar sem terreno relvado na III Divisão nacional. Lembro que a Câmara Municipal aprovou há 3 meses o estabelecimento do prazo de 1 mês para resolução do assunto.” -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “relativamente ao assunto abordado e não tendo recebido da família Matos Silva qualquer comunicação, vou contactá-los, bem como obter informação da Vão Arquitectos quanto ao aproveitamento da área do “Coice”, propriedade onde se desenvolverá o campo de jogos. -----

1272. ALCATROAMENTOS PREVISTOS EM PLANO DE ACTIVIDADES: “Pela preocupação que tenho relativamente a estes compromissos e justas expectativas criadas às populações de Casalinho, Moita Boa / Camarão, Silveira, Casal Cigano, Brejo / Estorninho e arruamentos na Columbeira, A-dos-Ruivos, Vale Covo, Pó e acessos ao cemitério do Paúl e por ter consciência que os alcatroamentos devem ser feitos no Verão e já tendo decorrido o mês de Junho e parte do mês de Julho, sugiro o levantamento rigoroso dos meios técnicos e humanos para conjugar os meios disponíveis com a adjudicação da aplicação à tonelada. Sei também que há

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

municípios que conseguem ter aplicações à tonelada mais baratas do que a que a tonelada nos custa, dando garantias de pagamento na altura do fornecimento e para isso tem de haver verba disponível.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “relativamente aos alcatroamentos previstos em Plano de Actividades para o ano em curso, espero distribuir plano de trabalhos para a próxima semana.”-----

- 1273. IV TORNEIO DE FUTEBOL DE SALÃO:** “Conclui-se no passado sábado o IV Torneio de Futebol de Salão que contou com a participação de bastante público e foi uma festa bonita, apesar de neste torneio terem acontecido alguns incidentes que não deveriam suceder. Ao pensar-se na edição do próximo ano deve fazer-se uma avaliação rigorosa para se encontrar um antídoto para as situações de indisciplina.”-----

AUSÊNCIAS: Pelas 18.45 horas ausentou-se da reunião o senhor vereador João Carlos Duarte para ir a uma consulta médica.-----

DO SENHOR VEREADOR ARMANDO SALVADOR:-----

- 1274. LOCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL:** Perguntou se já existem ou não contactos com os serviços de arquitectura para uma reunião sobre a localização do tribunal. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “os serviços estão a elaborar memorial que conto entregar para análise na próxima semana”.-----

- 1275. PLACAS:** “Há cerca de três anos, foi feita uma petição a esta Câmara que não obteve resposta, para que a placa com a denominação de Sobral do Parelhão, passasse para a zona onde hoje puseram uma placa com o nome Alto do Sobral. Em face do crescimento que a localidade vai ter para essa zona, era de elementar justiça que essa petição tivesse sido levada em conta. Assim, solicito que a colocação da placa de Sobral do Parelhão seja revista a sua colocação, evitando que parte das urbanizações projectadas não fiquem numa área com nome não existente oficialmente, mas sim enquadradas com uma aldeia, fundada pelos Condes do Parelhão, que ao deslocarem-se para esta zona, compraram sobrais ou sobreirais, dando origem ao seu nome, e não a uma disposição camarária de momento, em que suprimindo parte do seu nome, ficamos a saber ou que nos chamamos agora Alto do Sobral ou só Sobral. Há realmente naquela zona, o Casal da Cruz – Casal do Coelho, e uma outra zona, já a ser ocupada por serviços, e que tem, conforme P.D.M., zona de serviços ou de pequenas indústrias (actividades económicas) que fica no alto do Sobral do Parelhão. Não podemos suprimir nomes, alterar nomes, conforme nossos critérios de momento. Não podemos chegar à conclusão, que uma reclamação, apresentada aqui por um utente, e que não houve a humildade para lhe dar razão, que foi o caso Casais Fiéis de Deus e não Quinta, está agora exposto, com toda a sua clarificação no museu agora inaugurado, Casais Fiéis de Deus. Solicito pois, senhor presidente, comunique à Vão que não temos Quinta Fiéis de Deus mas sim Casal. Sobre o Alto do Sobral, escusa de comunicar nada, porque o P.D.M. não tem esse erro, fala sim em Sobral do Parelhão, apenas e só as placas têm que ser verdadeiras – Sobral do Parelhão. Placas: hoje, dia 10, mais um acidente na célebre curva do Alto do Sobral do Parelhão. Como é possível as marcações de curva perigosa demorarem tanto tempo a serem implementadas? Ando a falar nessa sinalização há cerca de 4 meses.”-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “oportunamente a Câmara Municipal tomará a deliberação de colocação da placa do Sobral do Parelhão e que a

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

Sul deverá ser fixada no local por nós escolhido. Refiro também que a do Bombarral Sul, deverá ser deslocada até ao limite da freguesia e a Poente até às proximidades do viaduto da Caniceira”. -----

DO SENHOR VEREADOR JOSÉ VÍTOR SILVA:-----

1276. HOTEL COMENDADOR: Congratulou-se com a anuência do senhor presidente da Câmara à sua proposta de envio de ofícios à firma TURIBAL e ao jornal Tribuna do Oeste sobre a situação de ilegalidade em que se encontra o Hotel Comendador. -----

1277. CONTRA ORDENAÇÕES: Informou o executivo que recebeu a informação n.º 15/D.A.F. que refere que a responsabilidade de instauração de processos de contra ordenação é do senhor presidente da Câmara. Chamou a atenção do senhor presidente da Câmara para a situação de habitações no lugar do Pó que se encontram em flagrante contra ordenação. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “relativamente aos processos de contra ordenação a levantar devo referir que sendo um trabalho especializado, vou procurar, nesta fase, obter o apoio através de especialista”. -----

1278. ROTUNDA DA CANICEIRA: Chamou a atenção para a necessidade da fiscalização municipal apurar de quem é a responsabilidade do terreno junto à Fonte da Caniceira estar transformado num vazadouro. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que “vou pedir à fiscalização informação para esclarecimento quanto ao responsável ou responsáveis pela descarga dos entulhos.”-----

1279. SALA DE DESENHO: Uma vez que por diversas vezes se tem constatado a existência de luz à noite na sala de desenho da Câmara Municipal, solicitou informação sobre se alguém está autorizado a realizar horas extraordinárias naquela sala. -----

-----O senhor Chefe da D.T.O.U. respondeu não ter conhecimento da utilização da sala de desenho à noite e não ter distribuído trabalho a ninguém que implique a realização de horas extraordinárias naquele sector. -----

1280. GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE AZAMBUJEIRA DOS CARROS: Informou o executivo de que esteve presente no almoço convívio do Grupo Desportivo e Recreativo de Azambujeira dos Carros. -----

1281. ESTÁDIO MUNICIPAL: Reiterou as preocupações do senhor vereador Luis Duarte sobre o estádio municipal, por o Bombarral estar a perder a oportunidade de ter uma área de potencial serviço e turismo. Lembrou que Caldas da Rainha e Rio Maior já se estão a tornar apetitosas para clubes da I e II Divisão, bem como para a necessidade que os participantes no Euro 2004 irão ter de locais de treino.-----

1282. ALCATROAMENTO DE ESTRADAS MUNICIPAIS: Congratulou-se com as preocupações do vereador Luis Duarte, juntando-se-lhe no pedido encarecido ao senhor presidente da Câmara para fazer cumprir aquilo a que se obriga com o Plano de Actividades e alertá-lo que se a lei das autarquias for alterada, o Verão de 2001 vai ser relativamente curto para fazer obras e muitas ficarão para fazer para o próximo mandato. -----

DO SENHOR VEREADOR MANUEL QUINTINO:-----

1283. CEMITÉRIO DO SENHOR JESUS DO CARVALHAL: “Gostava de saber porque é que a carta da firma Torres, Martins & Franca, Lda, a justificar a paragem da obra do

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

- cemitério do Senhor Jesus do Carvalhal ainda não veio a reunião de Câmara.” -----
1284. **SENHORA DO SOCORRO:** “Gostava de saber porque é que ainda não veio a reunião de Câmara a informação sobre os lancis em frente da Senhora do Socorro.”-----
1285. **MURO NO PÓ:** Solicitou cópia do pedido do presidente da Câmara à fiscalização municipal sobre o muro no Pó. -----
1286. **HOTEL COMENDADOR:** “Manifesto o meu repúdio pela correspondência enviada à TURIBAL e ao jornal Tribuna Oeste, que vincula a Câmara Municipal e à qual não foi dado prévio conhecimento. Penso que não é este o sistema correcto de tratar este tipo de assuntos.” -----
1287. **ALCATROAMENTOS:** “Quero também constatar a propósito das informações pedidas pelo vereador Luis Duarte, a total ausência de planeamento das acções de alcatroamento previstas em plano de actividades, como vem sendo habitual neste presidente.”-----
1288. **BENEFICIAÇÃO DE MORADIA:** “Manifesto a minha estranheza pelas informações do senhor presidente da Câmara para mim sobre o assunto das obras em sua casa, obras que não pus minimamente em questão. Referi-me à cerca de um mês a beneficiações, beneficiações essas que o mesmo senhor presidente da Câmara nos confirmou no último número do jornal Notícias do Bombarral.”-----
1289. **SENHAS DE PRESENÇA:** “Quero uma informação completa da secção de contabilidade sobre as razões pelas quais a informação relativa a senhas de presença pedida há 8 / 9 meses ainda não foi presente ao executivo. Mais gostaria de ser informado se o atraso desta informação tem a ver com pressão do poder político.”-----
1290. **HOSPIARTE:** “Requeiro o agendamento extra ordem de trabalhos ou para a próxima reunião do assunto do lote da HOSPIARTE.”-----
- DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS:**-----
1291. **INICIO DA REUNIÃO:** Referiu que às 15.30 horas, quando chegou, hora para a qual foi convocada a reunião, apenas se encontrava na sala de reuniões o senhor vereador Armando Salvador. Desde as 15.45 horas que existia quorum para se iniciar a reunião e apenas às 16.20 horas é que o senhor presidente da Câmara abriu os trabalhos. ----
1292. **TRIBUNAL:** “Gostaria de saber porque não foi agendada a questão da localização do futuro Tribunal.” -----
1293. **FESTIVAL DO VINHO 1999:** “Requeiro o agendamento para a próxima reunião da apreciação das contas do Festival do Vinho de 1999.”-----
1294. **JUNTAS DE FREGUESIA:** “Requeiro o agendamento para a próxima reunião de uma proposta para atribuição de 2.000 contos às Juntas de Freguesia do concelho.” -----
1295. **AQUISIÇÃO DE TERRENO DOS C.T.T.:** “Por virtude das dividas da autarquia referentes a 1998 e 1999 e em face da informação de que a área necessária para o futuro Tribunal ultrapassa em muito a área daquele terreno adquirido na Praça do Município, pergunto ao senhor presidente da Câmara se já ponderou desistir amigavelmente da aquisição do referido terreno ou se coloca a hipótese de o vender.”
1296. **HABITAÇÃO SOCIAL:** “Gostaria de saber, porque estive no local, porque razão é que a habitação social do Vale Covo, ainda não se encontra atribuída a rendeiros, sendo que já foram assaltados andares e de lá levados nomeadamente louças dos sanitários.”-----
1297. **FORNECEDORES:** “Para quando senhor presidente o pagamento de pequenas e

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

grandes quantias aos fornecedores desta Câmara Municipal, atrasados desde 1998 e 1999.” -----

- 1298. E.T.A. DO PÓ:** “Desde o início do mês de Junho que requeri a informação do prazo de conclusão da E.T.A. do Pó. Decorridas todas estas semanas requero mais uma vez a referida informação.” -----
- 1299. TRABALHOS A MAIS:** “Faço um requerimento para que me seja fornecida na íntegra cópia dos trabalhos a mais ultimamente aprovados e que serão enviados à empresa adjudicatária da empreitada da E.T.A. do Pó e que se situam nos 4.810 contos.” -----
- 1300. SERAFIM & FILHOS, LDA:** “Porque razão é que não me foi fornecida a quantificação e respectivas datas da dívida à firma Serafim & Filhos, Lda?” -----
- 1301. JUNTAS DE FREGUESIA:** “Pergunto porque razão não foi incluído na alteração orçamental o reforço de verbas para as Juntas de Freguesia.” -----
- 1302. CONCURSOS:** “Requero o agendamento para a próxima reunião de três propostas para abertura de concursos para o Centro Empresarial de Bombarral – Pólo II, Área de Actividades Económicas do Falcão e parque de estacionamento na Rua Veríssimo Duarte.” -----
- 1303. EX.-I.T.A.A.L.:** “Requero o agendamento para a próxima reunião de uma visita às instalações da ex-I.T.A.A.L.” -----
- 1304. SIBOM:** “Pergunto ao senhor Chefe da D.T.O.U. se a questão do nível da rede de esgotos no local das descargas da estação de tratamento, nos garantem o eficaz funcionamento daquele tipo de equipamento sem prévia bombagem.” -----
-----O senhor Chefe da D.T.O.U. respondeu que “segundo o projecto este colector tem uma inclinação de construção mínima de 0,53%.” -----

ORDEM DO DIA

- 1305. OBRAS PARTICULARES:**-----
- 1305.01 INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Apreciado o processo n.º 14/2000/02 iniciado a requerimento apresentado pela firma ICAFF - Sociedade Imobiliária e de Construções, Lda, datado de 2000.05.12, foi deliberado por unanimidade emitir informação prévia favorável para construção de edifício destinado a comércio e habitação, sito na Rua Luis de Camões, vila e freguesia de Bombarral. -----
- 1305.02 AVERBAMENTO DE NOVO TITULAR:** Apreciado o processo n.º 231/99/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Fernando da Conceição Ferreira Teixeira e outros, datado de 2000.06.28, foi deliberado por unanimidade averbar o referido processo respeitante à construção de moradia unifamiliar no lugar de São Mamede, freguesia de Roliça, em nome de Filipe Arnaldo Teixeira Garcia. -----
- 1305.03 BENEFICIAR GARAGEM – LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 36/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Francisco Manuel Santos Soares e outro, datado de 2000.04.10, a solicitar licença para beneficiar garagem sita na Rua da Misericórdia, vila e freguesia de Bombarral, e verificando-se que apresentou os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo prazo de 2 meses. -----
- 1305.04 CONSTRUÇÃO DE ARMAZEM - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 115/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Jorge M. Carlos Santos, datado de 2000.06.20, foi deliberado por unanimidade aprovar o

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

projecto de arquitectura para construção de armazém sito no lugar de Bom Vento, freguesia de Carvalhal, devendo o alinhamento ser verificado pelos serviços técnicos.

- 1305.05 CONSTRUÇÃO DE GARAGEM, TELHEIRO E TERRAÇO - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 129/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria da Purificação Nunes Filipe Gomes, datado de 2000.06.28, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de garagem, telheiro e terraço sitos no lugar e freguesia de Vale Covo. ----
- 1305.06 DESTAQUE:** Apreciado o processo n.º 125/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Maria Laura Porfirio Floriano, datado de 2000.06.26, foi deliberado por unanimidade aprovar o destaque de uma parcela de terreno do seu prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 79, secção BB, da freguesia de Roliça e descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 2991 / Roliça, na qual está implantada uma casa de habitação com a área de 410m² que fica a confrontar do Norte com estrada, do Sul com o próprio, do Nascente com José Amadeu e do Poente com o próprio, uma vez que reúne as condições estabelecidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 448/91, de 28 de Dezembro, e dado que desse destaque resultam apenas duas parcelas ambas confinantes com arruamentos públicos, devendo ser garantido o ónus do não fraccionamento. -----
- 1305.07 CONSTRUÇÃO DE MURO - PROJECTO ARQUITECTURA E LICENÇA DE CONSTRUÇÃO:** Apreciado o processo n.º 127/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Joaquim da Silva, datado de 2000.06.28, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e conceder licença para construção de muro sito no lugar de Salgueiro, freguesia de Carvalhal, pelo prazo de 3 meses.-----
- 1305.08 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, MURO E ANEXO - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 124/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Luis Manuel da Silva Peixoto, datado de 2000.06.26, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar, muro e anexo sitos no lugar de A-dos-Ruivos, freguesia de Carvalhal. -----
- 1305.09 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 117/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor José Dias Carvalho Souto Ratola, datado de 2000.06.20, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar e muro sitos na Urbanização Vale da Várzea, vila de Bombarral. --
- 1305.10 CONSTRUÇÃO DE MORADIA - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 113/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Helder Manuel Jorge Ribeiro, datado de 00.06.19, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar sita no lugar da Delgada.
- 1305.11 AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO DE COMÉRCIO - PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 93/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pela firma Rafael & Rosa, Lda, datado de 2000.06.20, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para ampliação e remodelação de edifício de comércio sito na Rua Infante D. Henrique, vila e freguesia de Bombarral,

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

devendo as portas das zonas de atendimento ao público ter abertura para o sentido exterior.-----

1305.12 AMPLIAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE MURO - PROJECTO DE ARQUITECTURA: Apreciado o processo n.º 65/99/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Jaime Filipe Barros dos Santos e outro, datado de 2000.06.28, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para ampliação de moradia unifamiliar e construção de muro, sitos no lugar e freguesia de Carvalhal.-----

1305.13 CONSTRUÇÃO DE GARAGEM - PROJECTO DE ARQUITECTURA: Apreciado o processo n.º 128/2000/01 iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Helder da Silva Martins, datado de 2000.06.28, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura para construção de garagem sita no lugar e freguesia de Vale Covo.-----

1305.14 APROVAÇÃO EM MINUTA: As deliberações respeitantes a obras particulares foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----

1306. OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO: Atendendo o solicitado pelo ofício da firma FUJITSU Elotécnico Telecomunicações S.A., foi deliberado por unanimidade emitir documento a contemplar a concessão de licença pelo prazo de 25 anos e autorizar o fraccionamento do pagamento das taxas no primeiro ano de forma semestral. -----

1307. SIBOM: Apreciada a informação n.º 36/O.P./2000 foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto para alteração da ligação da rede de drenagem de águas residuais do loteamento à rede pública, à revogação da deliberação de Câmara de 06.09.1999, na parte em que se exige à SIBOM a instalação da estação elevatória, a sua exploração e manutenção, e aprovar a seguinte proposta de protocolo: «CÂMARA MUNICIPAL DO BOMBARRAL, órgão executivo do Município do Bombarral, Pessoa Colectiva n.º 680.010.378, com sede no Largo do Município, Bombarral, 2540-046 BOMBARRAL, representada pelo seu Ex.mo. Senhor Presidente, o Sr. António Carlos Albuquerque Álvaro, doravante simplesmente designada por Câmara;-----

-----e-----
-----SIBOM – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS DE BOMBARRAL, S.A., Pessoa Colectiva n.º 502.470.550, com sede na Rua José Veríssimo Duarte, n.º 11 – 2º, Bombarral, 2540 BOMBARRAL, devidamente matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Bombarral sob o n.º 297/901228, com o capital social de Esc.: 10.000.000\$00, aqui representada pelos seus administradores, e doravante simplesmente designada por SIBOM; -----

-----CONSIDERANDOS:-----

1. No dia 20 de Março de 1997, a SIBOM requereu à Câmara o licenciamento da operação de loteamento urbano para o seu terreno sito na Quinta do Sanguinhal e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1712/2489/2526, dando origem ao Proc. n.º 01/97/03. -----
2. A Câmara deferiu o pedido de licenciamento da operação de loteamento através das suas deliberações de 6 de Outubro de 1997, 4 de Maio de 1998 e 3 de Agosto de 1998.-----
3. Em 22 de Dezembro de 1998 a SIBOM requereu, nos termos do art.º 20.º do Decreto-lei n.º 448/91, de 28 de Novembro, o licenciamento das obras de

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

urbanização, tendo para o efeito junto os elementos instrutores exigidos pela Lei, designadamente no n.º 2 do art.º 20.º do Decreto-lei n.º 448/91 e no art.º 9.º do Decreto Regulamentar n.º 63/91, de 29 de Novembro.-----

4. A Câmara licenciou as obras de urbanização da operação de loteamento supra referida através da sua deliberação de dia 6 de Setembro de 1999.-----
5. Pela deliberação de licenciamento das obras de urbanização, de 6 de Setembro de 1999, a Câmara estabeleceu a condição da *“apresentação de garantia de execução pela requerente do projecto de esgotos domésticos através da celebração de um protocolo nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, beneficiando a requerente da redução proporcional das taxas urbanísticas”*.-----
6. A SIBOM já efectuou, através de depósito bancário à ordem da Câmara Municipal do Bombarral realizado no mês de Setembro de 1999, na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bombarral para garantir o pagamento das taxas municipais pelo licenciamento da operação de loteamento urbano e obras de urbanização, designadamente a taxa de emissão do alvará de licença de loteamento, prevista no art.º 6º da Tabela Municipal de Taxas e Licenças, e a Taxa das Infra-estruturas Urbanísticas, prevista no art.º 12º da Tabela Municipal de Taxas e Licenças, no montante total de Esc.: 1.534.960\$00 (um milhão, quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta escudos), conforme liquidação realizada de acordo com o previsto naquelas disposições da Tabela de Taxas e Licenças.-----
7. No dia 07 de Janeiro de 2000, a SIBOM apresentou na Câmara, nos termos e para os efeitos do art.º 30º do Decreto-lei n.º 448/91, o requerimento para a emissão do alvará de loteamento correspondente à operação de loteamento urbano *supra* mencionado.-----
8. A operação de loteamento contempla de 31 lotes para construção de moradias para uso habitacional, com a área total de construção de 5.970 m², e garagens com a área total de construção de 2.038 m².-----
9. O *“projecto de esgotos domésticos”* em questão reveste manifesto interesse público, na medida em que será implantado fora da área do loteamento, passando a constituir uma infra-estrutura pública e acessível para a Câmara e para o munícipes.-----

-----É celebrado o presente Protocolo, nos termos e para efeitos do disposto na al. e) do n.º 2 do art.º 13º, *ex vi* al. d) do n.º 2 do art.º 22º do Decreto-lei n.º 448/91, de 29 de Novembro, que ambas as partes reciprocamente e de boa fé se obrigam a cumprir e se rege pelas seguintes cláusulas:-----

-----PRIMEIRA (Concepção do projecto e execução das obras)-----

1 – A SIBOM assume a obrigação de executar o projecto de ligação dos esgotos domésticos previstos para a operação de loteamento urbano da Quinta do Sanguinhal à rede pública de esgotos domésticos, de acordo com o projecto referido *infra* no n.º 4 da presente cláusula.-----

2 – No âmbito da execução do projecto referido no número anterior estão incluídas as seguintes obrigações:-----

- a) Elaboração do projecto;-----
- b) Execução das obras;-----

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

c) Responsabilidade pelo pagamento das empreitadas de concepção e elaboração do projecto e execução das obras.-----

3 – A Câmara, por seu turno, obriga-se a prestar toda a informação e colaboração solicitada pela SIBOM ou pelos seus representantes, técnicos e empreiteiros contratados, bem como a permitir a estes o livre acesso e inspecção dos locais ou terrenos necessários à implantação da obra de ligação à rede pública de esgotos, bem como a adoptar todos os actos que se revelem necessários e adequados à cabal, célere e correcta execução dos trabalhos a cargo da SIBOM nos termos dos números anteriores. -----

4 – O projecto de ligação dos esgotos domésticos apresentado pela SIBOM é aprovado pela Câmara, fazendo parte integrante do presente Protocolo como seu Anexo I, e inclui peças desenhadas e escritas. -----

5 – O projecto referido pode ser alterado em qualquer dos seus aspectos pela SIBOM, quer a solicitação da Câmara, quer por razões de conveniência técnica, seja qual for a sua natureza. -----

-----Segunda (Custos)-----

1 – Os custos da concepção e elaboração do projecto e da execução das obras está orçamentado em Esc.: 2.393.140\$00 (dois milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e quarenta escudos). -----

2 – O valor acima referido pode sofrer alterações, quer em resultado do andamento dos trabalhos, quer derivadas da alteração dos projectos. -----

-----Terceira (Taxas pelo licenciamento do loteamento e das obras de construção nova)-----

-----As taxas devidas pelo licenciamento da operação de loteamento fixam-se no máximo total de Esc.: 1.571.000\$00 (um milhão, quinhentos e setenta um mil escudos). -----

-----QUARTA (Redução de taxas) -----

1 – A Câmara reconhece o manifesto interesse público das obras de ligação dos esgotos domésticos previstos para a operação de loteamento urbano da Quinta do Sanguinhal à rede pública de esgotos domésticos, decorrente da possibilidade de utilização da infra-estrutura pública em causa por outras pessoas, singulares ou colectivas, e pela própria Câmara. -----

2 – Em consequência do referido no número anterior e atento o valor máximo total para as taxas pelo licenciamento, fixado nos termos da Cláusula Terceira, a redução proporcional prevista na al. e) *in fine* do n.º 2 do decreto-lei n.º 448/91 determina que o montante das taxas inicialmente liquidado seja reduzido no valor equivalente a 67% (sessenta e sete por cento) dos custos da concepção e elaboração do projecto e da execução das obras, fixados nos termos da Cláusula Segunda. -----

-----Quinta (Custos desproporcionais do projecto)-----

-----Se os custos totais da ligação dos esgotos domésticos, incluindo as concepção e elaboração do projecto e da execução das obras, se revelarem substancialmente superiores ao montante máximo supra fixado para as taxas referidas, a Câmara obriga-se a compensar a SIBOM tendo em consideração, não apenas a diferença de valores, como também o manifesto interesse público da obra.-----

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

-----Mais foi deliberado emitir o alvará de loteamento após a celebração do protocolo e liquidação das taxas devidas. -----

-----**DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO:** Antes da discussão deste assunto, o senhor vereador Armando Salvador, comunicou ao senhor presidente da Câmara, nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedido de participar na discussão e votação deste assunto, por força da alínea a) do artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto de ser sócio da firma requerente, pelo que o senhor presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção neste acto. Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor vereador Armando Salvador, retirou-se da reunião, regressando após a discussão e votação do mesmo.-----

- 1308. SERVIÇO SOCIAL DOS TRABALHADORES AUTÁRQUICOS DO MUNICÍPIO DE BOMBARRAL:** Apreciado o ofício do Serviço Social dos Trabalhadores Autárquicos do Município de Bombarral, a solicitar a concessão de um subsídio para apoiar a sua secção de pesca desportiva, foi deliberado por unanimidade adiar este assunto para uma próxima reunião.-----

- 1309. ZONA INDUSTRIAL:** Presente ofício da firma GRAFIBOM - Cooperativa de Produção Gráfica do Bombarral, C.R.L., a solicitar a devolução da quantia de 4.280.000\$00 (quatro milhões duzentos e oitenta mil escudos) dada a situação económico financeira em que se encontram, podendo a médio prazo não conseguir respeitar qualquer acordo que venha a celebrar com a autarquia aquando da aquisição do lote 22 do pólo II da zona industrial.-----

-----Considerando que o executivo já deliberou alterar completamente o loteamento onde se comprometeu a ceder o lote na escritura de reversão; considerando que com a aprovação do novo Regulamentos das Áreas de Actividades Económicas é impossível atribuir um lote à firma sem concurso, por ser obrigatório o recurso a hasta pública; considerando a situação atrás descrita foi deliberado por maioria com a abstenção dos senhores vereadores Amílcar Santos, José Vítor Silva e Armando Salvador, autorizar a restituição da referida quantia. -----

- 1310. ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DO OESTE:** Presente o ofício 618/2000 da Associação de Surdos do Oeste a remeter projecto de protocolo para actividades culturais e visita de estudo de surdos ao Canadá. -----

-----Os senhores vereadores Manuel Quintino, José Vítor Silva, Amílcar Santos e Armando Salvador, informaram recusarem-se a discutir e votar este assunto, uma vez que o mesmo tem um despacho que refere «o vereador a tempo inteiro – João Carlos Duarte». Uma vez que este executivo deliberou oportunamente revogar a criação do segundo lugar de vereador a tempo inteiro, não aceitam que o vereador João Carlos Duarte despache assuntos para a ordem de trabalhos nessa qualidade, pelo que o assunto ficou adiado para uma próxima reunião. -----

- 1311. 10.º PASSEIO DE CICLOTURISMO “VOLTA AO CONCELHO DE BOMBARRAL”:** Tendo-se verificado a existência de um lapso na listagem de subsídios que foi presente a reunião de Câmara por não ter sido considerada a realização da prova em epígrafe, foi deliberado por unanimidade rectificar a deliberação no sentido de reforçar o subsídio a atribuir ao Grupo Desportivo e Recreativo de Azambujeira dos Carros em mais 150.000\$00 (cento e cinquenta mil escudos). -----

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

- 1312. MÁQUINAS ELÉCTRICAS DE DIVERSÃO:** -----
- 1312.01 ISMÊNIA JACINTO DUARTE FERREIRA:** Apreciado o ofício n.º 2889 de 2000.07.05 do Governo Civil de Leiria foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador José Vítor Silva e o voto favorável dos restantes membros do executivo emitir parecer favorável nos termos do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 2/87, para a concessão de licença de funcionamento da máquina eléctrica n.º 293/94, de diversão no estabelecimento de café de Isménia Jacinto Duarte Ferreira, sito na Rua Salvador Carvalho dos Santos, vila e freguesia de Bombarral. -----
- 1312.02 LUIS ANTÓNIO DUARTE:** Presente o ofício n.º 2879 de 2000.07.05 do Governo Civil de Leiria foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador José Vítor Silva e o voto favorável dos restantes membros do executivo emitir parecer favorável nos termos do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 2/87, para a renovação de licença de funcionamento da máquina eléctrica n.º 140/85, de diversão no estabelecimento de café de Luis António Duarte, sito na Rua Infante D. Henrique, vila e freguesia de Bombarral.
- DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO:** Antes da discussão deste assunto, o senhor vereador Luis Duarte, comunicou ao senhor presidente da Câmara, nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedido de participar na discussão e votação deste assunto, por força da alínea b) do artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto de ser filho do requerente, pelo que o senhor presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção neste acto. Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor vereador Luis Duarte, retirou-se da reunião, regressando após a discussão e votação deste assunto.-----
- 1313. UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA:** Foi deliberado por unanimidade aprovar a seguinte proposta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Bombarral e a Universidade Autónoma de Lisboa para a realização de estágios de licenciados desta universidade: «Entre:-----
1. Câmara Municipal de Bombarral, com sede na Praça do Município, vila e freguesia de Bombarral, pessoa colectiva n.º 680010378, adiante designada por “CÂMARA”, representada neste acto pelo seu presidente; e-----
 2. C.E.U. – Cooperativa de Ensino Universitário, C.R.L., com sede em Lisboa, na Rua de Santa Marta, 56, pessoa colectiva n.º 501641238, na qualidade de entidade titular do estabelecimento de ensino superior privado denominado Universidade Autónoma de Lisboa, adiante designada por “AUTÓNOMA”, representada por prof. Dr. Jorge Tracana de Carvalho e prof. Dr. Eduardo Costa. -----
- E, considerando que: -----
- a) A “AUTÓNOMA” pretende proporcionar aos seus licenciados ou finalistas estágios curriculares e profissionais que promovam o enriquecimento da componente profissional como complemento da vertente académica, através de uma ocupação qualificada que lhes permita familiarizarem-se com a área de actividade em que prosseguem os seus estudos, no âmbito de uma organização empresarial; -----
 - b) A “CÂMARA” procura, sempre que possível, proporcionar estágios de natureza técnico-profissional aos recém licenciados ou estudantes finalistas; -----
- É livremente e de boa fé celebrado o presente protocolo de cooperação, cujo

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

objectivo principal se centra no aproveitamento recíproco das potencialidades científicas, técnicas e humanas para realização de um estágio, regendo-se pelas cláusulas seguintes:-----

-----CLÁUSULA PRIMEIRA:-----

1. A “CÂMARA” compromete-se perante a “AUTÓNOMA” a: -----
 - a) Proporcionar ao(s) licenciado(s) finalista(s), adiante designado(s) por “ESTAGIÁRIO(S)”, constantes dos anexos, estágio apoiado que promova o enriquecimento da sua componente profissional;-----
 - b) Definir o responsável da acção na “CÂMARA” designado por orientador, que, decorrido metade do período de estágio, deverá elaborar um relatório, focando a evolução da aprendizagem e assiduidade do(s) “ESTAGIÁRIO(S)”;-----
 - c) Informar o supervisor de eventuais problemas surgidos no decorrer do estágio;-----
 - d) Assegurar o registo da assiduidade do formando;-----
 - e) Assegurar a elaboração, pelo(s) “ESTAGIÁRIO(S)”, de um relatório final, emitindo parecer sobre a qualidade do estágio e do relatório.-----
2. A “AUTÓNOMA” apoiará cada estágio, e procurará também obter, sempre que possível, o apoio do PRODEP – programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, com base no Plano de Estágio previamente definido entre a “CÂMARA” e a “AUTÓNOMA”.-----
3. É da responsabilidade da “AUTÓNOMA” a iniciativa de solicitar os apoios do PRODEP, devendo a “CÂMARA” facultar-lhe os elementos que legalmente sejam exigíveis, tendo em vista a obtenção dos citados apoios.-----
4. Caso se verifique o apoio financeiro do PRODEP, os contratantes obrigam-se a respeitar a legislação e regulamentação aplicáveis às acções co-financiadas pelo PRODEP.-----

-----CLÁUSULA SEGUNDA:-----

-----O estágio tem lugar na sede da “CÂMARA”, ou nos locais por esta indicados, de modo a poder ser cumprido o plano de estágio previamente definido.-----

-----CLÁUSULA TERCEIRA:-----

-----O estágio tem a duração de seis meses (ou três meses), com uma carga horária global compreendida, respectivamente, entre 720 e 960 horas (ou entre 360 e 480 horas), decorrendo no horário de trabalho estabelecido pela “CÂMARA” para o serviço em que o mesmo decorre.-----

-----CLÁUSULA QUARTA:-----

-----No caso de se verificar o apoio referido no n.º 4 da cláusula primeira, a remuneração do(s) “ESTAGIÁRIO(S)” será paga pela “AUTÓNOMA” através de verbas disponibilizadas pelo PRODEP e em função das entregas por ele feitas, não recaindo sobre a “CÂMARA” qualquer encargo a este título.-----

-----CLÁUSULA QUINTA:-----

-----A “AUTÓNOMA” obriga-se a:-----

- a) Comunicar à “CÂMARA”, logo que tenha conhecimento deste facto, a existência ou não do apoio financeiro do PRODEP para a realização do estágio, bem como de qual (quais) o(s) “ESTAGIÁRIO(S)” beneficiário(s) do referido apoio;-----
- b) Designar o supervisor do estágio;-----

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

- c) Assegurar que o estágio decorra conforme o programa de trabalhos; -----
- d) Fazer um seguro de acidentes pessoais a favor do(s) “ESTAGIÁRIO(S)”, contra riscos e eventualidades que possam ocorrer durante por causa da frequência do estágio; -----
- e) Manter organizados e actualizados os processos pedagógico e financeiro; -----
- f) Caso se verifique o apoio referido no n.º 4 da cláusula primeira, pagar, através de transferência bancária, ao(s) “ESTAGIÁRIO(S)”, a bolsa de estágio disponibilizada pelo PRODEP, vencendo-se a primeira fracção decorrido metade do período de estágio e após a apresentação de relatório do orientador, donde conste a evolução da aprendizagem e a assiduidade do formando, e a segunda após a entrega do relatório final de estágio elaborado pelo(s) “ESTAGIÁRIO(S)”, com o parecer positivo do respectivo orientador; -----

-----CLÁUSULA SEXTA: -----

-----O(s) “ESTAGIÁRIO(S)” deve(m) realizar as suas tarefas com zelo e diligência e designadamente::-----

- a) Comparecer com assiduidade e pontualidade no local do estágio;-----
- b) Respeitar as regras internas de funcionamento da “CÂMARA”;-----
- c) Cumprir as regras de urbanidade para com as pessoas com quem se relacione(m), bem como velar pela boa conservação dos bens e equipamentos que lhe(s) sejam confiados;-----
- d) Acatar e seguir as instruções dos representantes da “CÂMARA”, garantindo a segurança e confidencialidade dos dados a que tiverem acesso. -----

-----CLÁUSULA SÉTIMA: -----

1. O(s) “ESTAGIÁRIO(S)” deve(m) apresentar, até 30 dias após o termo do estágio, relatório final das suas actividades, podendo nele incluir as sugestões que entenda(m) convenientes sobre melhoramentos a introduzir na organização do trabalho, com indicação dos respectivos fundamentos.-----

2. Para além do relatório final, o(s) “ESTAGIÁRIO(S)” deve(m), decorrido metade do período de estágio, apresentar igualmente relatório intercalar, com descrição das tarefas que desenvolveu (eram), acompanhado do parecer do orientador;-----

3. A entrega dos relatórios a que se referem os números anteriores e dentro dos prazos neles previstos, é condição do pagamento final da remuneração devida, nos termos do n.º 4 da cláusula primeira. -----

-----CLÁUSULA OITAVA: -----

- 1. O presente protocolo de cooperação entra em vigor na data da sua assinatura e por um período de validade de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos de duração.-----
- 2. Quer a “CÂMARA” quer a “AUTÓNOMA” podem fazer cessar o protocolo a todo o tempo, mediante invocação e prova de motivo atendível, através de notificação dirigida à contraparte, por motivo adequado. -----

-----CLÁUSULA NONA:-----

-----Os planos de estágio, calendários, nome(s) do(s) “ESTAGIÁRIO(S)” e nomes dos orientadores e supervisores dos estágios, seguem como anexo deste protocolo, dele se considerando, para todos os efeitos, parte integrante.» -----

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

- 1314. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:** -----
- 1314.01 BATISTA & GOMES, LDA:** Atendendo o solicitado pelo requerimento apresentado pela firma Batista & Gomes, Lda, datado de 2000.05.07 foi deliberado por unanimidade conceder autorização para ocupação de 6 m² de espaço público em frente do seu estabelecimento de pastelaria sito na Rua do Comércio, vila e freguesia de Bombarral, com uma esplanada durante os meses de Julho e Agosto de 2000. -----
- 1314.02 ANA MARIA SANTOS FERREIRA:** Atendendo o solicitado pelo requerimento apresentado pela senhora D. Ana Maria Santos Ferreira, datado de 2000.07.04, foi deliberado por unanimidade conceder autorização para ocupação de 2 m² do espaço público junto à praça de táxis da Rua da Mata, vila e freguesia de Bombarral, com um carro de cachorros quentes, de 22 a 30 de Julho. -----
- 1315. LICENCIAMENTO SANITÁRIO:** Apreciado o processo n.º 1/2000, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Carla Cristina Silva Jesus Correia, a solicitar o licenciamento sanitário da unidade móvel de transporte de pão e produtos afins matricula 75-73-LP, e verificando-se que tem parecer favorável da autoridade sanitária, foi deliberado por unanimidade emitir o respectivo alvará de licenciamento sanitário. -----
- 1316. SABORES DO MAR:** Presente fax da organização do festival Sabores do Mar, a solicitar que seja licenciado à firma Red / Placa a colocação de um mini outdoor junto à rotunda do Hotel Comendador, foi deliberado por unanimidade autorizar a colocação pelo prazo de 15 dias o referido outdoor junto à antiga passagem de nível da Torre Bela, com a condição de haver reciprocidade relativamente a certames organizados por esta autarquia. -----
- 1317. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL:** Foi deliberado por maioria com o voto favorável do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores Luis Duarte e Amilcar Santos, a abstenção dos senhores vereadores José Vítor Silva e Armando Salvador e o voto contra do senhor vereador Manuel Quintino aprovar a alteração orçamental n.º 3/2000, com o reforço de 8.600 contos em rubricas de despesas correntes e de 47.000 contos em rubricas de despesas de capital, e a dedução de 8.600 contos em rubricas de despesas correntes e de 47.000 contos em rubricas de despesas de capital. -----
-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----
-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor vereador Manuel Quintino declarou que: “o meu voto contra vem na sequência da questão pertinente colocada pelo senhor vereador Amilcar Santos, sobre a não edificação do tribunal no terreno em frente e a pergunta, sem resposta, sobre qual o destino que o principal responsável pelo executivo pensa dar a este terreno.” -----
- 1318. RENOVAÇÃO DE CONTRATO A TERMO CERTO:** Presente a informação n.º 34/00/D.S.U., de 2000.06.07, com vista à renovação pelo prazo de um ano do contrato de trabalho a termo certo com o canalizador José António Costa Vinagre, devido ao aumento de trabalho nos últimos anos que não tem sido acompanhado dos necessários reforços de funcionários, com a agravante de não terem sido substituídos os funcionários que entretanto se aposentaram ou rescindiram o seu contrato. -----
-----Efetuada votação por escrutínio secreto foi deliberado por maioria com cinco votos a favor e um voto em branco renovar o contrato de trabalho a termo certo com o referido funcionário pelo prazo de um ano.-----

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----
- 1319. PLANO DE ALINHAMENTOS:** Presente a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: «Considerando a necessidade de dotarmos as freguesias de instrumentos de planeamento em termos de alinhamento, proponho: A elaboração de planos de alinhamentos para os aglomerados sedes das Juntas de Freguesia, nas áreas contidas nos perímetros urbanos definidos em P.D.M.. Para este efeito será designado a seguinte equipa de trabalho: -----
✎ Arquitecta Márcia Maria Monteiro Carvalho; -----
✎ Topógrafo Pedro Manuel Leal Martins;» -----
- Após troca de impressões e por proposta do executivo, foi deliberado por unanimidade elaborar planos de pormenor para os aglomerados sedes das freguesias, para o que será elaborada a respectiva priorização dos aglomerados urbanos.-----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

- 1320. HOTEL COMENDADOR - LEGALIZAÇÃO:** Foi tomado conhecimento do ofício 73/GP/00 remetido à firma TURIBAL, relativo ao processo de legalização do Hotel Comendador. -----
- 1321. HOTEL COMENDADOR – ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL TRIBUNA OESTE:** Foi tomado conhecimento do ofício 72/GP/00, remetido ao jornal Tribuna Oeste, relativamente a artigo publicado na edição deste jornal de 16 de Junho.-----
- 1322. HOTEL COMENDADOR - ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL TRIBUNA OESTE:** Foi tomado conhecimento do ofício 71/GP/00, remetido à firma TURIBAL, relativo a artigo publicado na edição do jornal Tribuna Oeste de dia 16 de Junho. -----
- 1323. FORUM DA CULTURA E RECREIO:** Os membros do executivo receberam medalhas ofertadas pelo Forum da Cultura e Recreio de Bombarral a propósito do IV Torneio de Futebol de Salão do Concelho de Bombarral. -----

EXTRA ORDEM DE TRABALHOS

DELIBERAÇÕES: Nos termos do disposto no artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi reconhecida por unanimidade a urgência de deliberação imediata do seguinte assunto:-----

- 1324. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR:** Apreciado o processo n.º 34/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma M. Filipe, Lda, datado de 2000.03.23, foi deliberado por unanimidade reprovado o projecto de arquitectura para construção de edifício de habitação multifamiliar no lugar e freguesia de Vale Covo, com fundamento no parecer constante da folha 44 do processo. -----
- 1325. CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO / LONGO PRAZO:** Foi deliberado por maioria com o voto contra dos senhores vereadores Manuel Quintino e Amílcar Santos e o voto favorável dos restantes membros do executivo admitir a seguinte proposta do senhor presidente da Câmara: « No ponto IV do Plano de Actividades aprovado para o corrente ano prevê-se que a Autarquia possa recorrer a um empréstimo para financiar os investimentos ali descritos. Para financiamento dos investimentos previstos em Plano de Actividades, proponho que Câmara Municipal, nos termos do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, proponha à Assembleia Municipal a autorização para a contratação do empréstimo. O referido empréstimo visa, como foi mencionado anteriormente, o financiamento dos investimentos previstos no Plano de

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

Actividades aprovado, nomeadamente o Parque de Campismo e Miradouro do Picoto; obras de adaptação do edifício dos Paços de Concelho e aquisição dos equipamentos previstos no âmbito do projecto de Modernização Administrativa e os investimentos cobertos pelo III Quadro Comunitário de Apoio, designadamente:-----

- Infra-estruturas da Área de Actividades Económicas (Pólo II);-----
- Rede de esgotos das Gamelas e Delgada; -----
- Reforço do abastecimento de água à vila do Bombarral, construção dos novos reservatórios e reformulação da rede; -----
- Construção de Escolas Pré – Primárias para substituição das actuais instalações. ---

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO:** O senhor vereador Amilcar Santos declarou que: “votei contra a admissão desta proposta que nos foi entregue se encontrar assinada pelo senhor presidente da Câmara, não quantificando o valor deste empréstimo, ou seja, por aqui se vê o empenho e o cuidado que o presidente da Câmara coloca no exercício do seu cargo, assinando propostas sem nas mesmas referir a quantidade de dinheiro que propõe para contracção de um empréstimo. É lamentável e penso que isto revela o desleixo pela forma com que este senhor encara o cargo que ocupa na Câmara Municipal.”-----

-----Depois de reconhecida a urgência da discussão e votação desta proposta o senhor presidente da Câmara retirou-a para serem informadas questões colocadas pelo senhor vereador José Vítor Silva. -----

- 1326. ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** Foi deliberado por maioria com a abstenção do senhor vereador Manuel Quintino e o voto favorável dos restantes membros do executivo mandar a firma FONSECAFUROS – Captação de Água, Lda, e por ajuste directo autorizar a despesa com a execução de novo furo, ao abrigo do disposto no artigo 136.º, n.º 1, alínea c), tendo em consideração a urgência imperiosa na resolução do problema e porque nesta situação está em perigo o abastecimento público de água a 30% do concelho, bem como futuramente se torna necessária a existência de mais uma fonte de abastecimento de água à E.T.A..-----

- 1327. RENOVAÇÃO DE CONTRATO A TERMO CERTO:** Presente o processo de renovação pelo prazo de um ano do contrato de trabalho a termo certo com a auxiliar técnica de turismo Patrícia Ferreira Figueiredo.-----

-----Efectuada votação por escrutínio secreto foi deliberado por unanimidade renovar o contrato de trabalho a termo certo com a referida funcionária pelo prazo de um ano.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

DO SENHOR VEREADOR AMILCAR SANTOS: -----

- 1328. INTERVENÇÃO:** “Mais uma vez assistimos a factos insólitos nomeadamente o facto do presidente ter proposto um plano de alinhamentos e a constituição de um grupo de trabalho para as sedes de freguesia. É evidente que todo o executivo discordou porque as coisas devem ser tratadas com seriedade e porque também estes assuntos não são sequer tratados desta maneira, optou o executivo por efectivamente propor a efectivação de planos de pormenor para as referidas localidades visto ser esta a forma legal e objectiva para resolver os problemas urbanísticos do nosso concelho. A outra situação caricata é o facto do presidente apresentar uma proposta para contracção de

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

um empréstimo a médio / longo prazo cuja assinatura é bem reconhecível, mas que para além de outras enormidades tem o caricato de nem sequer referir a quantidade de dinheiro pretendido. Lamentavelmente mais uma vez verifica-se a postura e o comportamento do presidente da Câmara que temos, veja-se ao ponto a que o presidente de Câmara chegou. Finalmente, ao fim de dois anos e meio, o presidente conseguiu uma reunião no Instituto de Estradas de Portugal em Almada, antiga J.A.E., cuja reunião advém de uma moção aprovada pelo executivo, tendente a reivindicar a construção da passagem superior, projectada e que a não foi feita, na reposição da estrada de ligação Sobral do Parelhão à E.N.8, junto à ECOFRUTAS. Das explicações que prestou sobre electrificações e sinalização ficamos a saber do presidente desta Câmara, que depois da inauguração do I.C.1 – A8, já lá vão 5 anos, só em Julho de 2000 é que colocou a pretensão daqueles equipamentos nos nós da A8 no Bombarral, assim compreendemos porque é que em Caldas e Torres Vedras, os mesmos equipamentos já se encontram em funcionamento logo de início, é evidente que aqueles concelhos não têm o presidente que tem o Bombarral, foram concertiza mais pontuais, não demorariam cinco anos e também concertiza que não tinham qualquer obstáculo ou impedimento em reivindicar junto dos responsáveis da ex-J.A.E. agora I.E.P. as justas pretensões para os seus concelhos, nós por cá, com este presidente, chegamos tarde e devagarinho, decorridos os tais cinco anos e ainda por cima a única referência que o presidente fez ao facto da inexistência da passagem superior ponte que fazia parte do projecto do I.C.1, foi a exibição do ofício de 15.03.2000, precisamente aludindo ao posicionamento que o executivo tomou este ano, para que aquela obra seja efectivamente feita por virtude da mesma fazer parte do projecto inicial da auto-estrada. Nestas circunstâncias ficamos todos esclarecidos, isto no caso dos que ainda tinham dúvidas, de que efectivamente ao longo destes dois anos e meio todas as explicações que o presidente nos deu a nós e aos gerentes da ECOFRUTAS, sobre as diligências dele na reivindicação da construção da ponte de ligação Sobral E.N. 8, não foram nem mais nem menos, que zero, simplesmente zero, conforme o próprio presidente nos confirmou o ofício é deste ano e nada mais juntou porque efectivamente em relação à ponte nada tinha feito, nada tinha diligenciado, finalmente ficamos esclarecidos a esse respeito, no entanto falta-nos ainda saber o que é que impediu o presidente, o que é que não lhe permitiu divulgar publicamente o facto daquela obra não ter sido feita, assim de forma tão passiva e com tanta falta de transparência. Finalmente ficamos hoje a saber que finalmente decorridos dois anos e meio a conduta de reforço de abastecimento de água à vila, parada na Caniceira vai proporcionar para que seja banido o abastecimento através de cisterna aos depósitos da Fonte Velha, que se tem vindo a verificar à três anos a esta parte e que tem custado vários milhares de contos aos cofres da Câmara, questionado o presidente porque razão é que reteve a conduta no sítio da Caniceira nestes três anos, especialmente pelo facto da autorização da passagem em terrenos privados este senhor que foi responsável por toda esta despesa e consequentes danos à população, insurgiu-se contra a interpelação aos gritos e insinuações de forma malcriada. Pretende desresponsabilizar-se, por todos os danos causados, sabendo de antemão que as ocorrências se devem a sua falta de empenho e responsabilidade na resolução daquela matéria abordada que veio a discussão pela necessidade de efectivação de

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

novos furos para reforço de abastecimento de água ao concelho, hoje aprovada. Não há dúvida a regra da desresponsabilização pela qual este presidente enveredou, tem vindo a ter o efeito de bola de neve, ou seja, são cada vez mais visíveis e cada vez mais as populações constatarem os prejuízos e danos que este presidente tem vindo a impor através do desleixo e da inércia aos cofres da Câmara e ao nosso concelho, razão pela qual a dívida continua a avolumar, pagamentos a fornecedores de 1998 e 1999, talvez só para 2001, segurança social dos trabalhadores autárquicos, também não é preciso pagar ou amortizar, espero e reitero que os beneficiários da Câmara não possam ser penalizados, pelo incumprimento deste presidente, que quer neste aspecto quer em outros justifica-se de forma menos séria, invocando como um dos males os membros deste executivo, procurando desta forma desresponsabilizar-se fazendo-se de vítima por não conseguir exercer o cargo para que foi eleito, pretendo colocar-se em termos de exercício de funções, ao mesmo nível daqueles que como eu foram eleitos como vereadores, e que aqui vêm todas as segundas feiras sem qualquer pelouro distribuído anotem neste momento relata-se a inexistência de programação para reabilitação e conservação das diversas estradas das localidades do nosso concelho, do presidente nem uma palavra, uma única referência a esta necessidade, fiquem pois sabendo que as perguntas foram feitas pelo vereador José Vítor e reformuladas pelo vereador Luis Duarte, lembrando que as mesmas se encontram em Plano de Actividades, por virtude do agendamento e respectiva execução ser de inteira e total responsabilidade do presidente, como é óbvio, ainda que também nestas circunstâncias não gostasse de ser responsabilizado, fiquem tranquilas as nossas populações, se uma reivindicação demorou cinco anos, se a possibilidade dos depósitos na Fonte Velha terem água, sem ser preciso o auto tanque, também demorou três anos, deste indivíduo pouco se pode esperar nestas circunstâncias requeiro ao vereador Luis Duarte e ao Francisco Maximino, para que mais uma vez a par de tantas outras ao longo deste mandato diligenciar programando e mandando executar a repavimentação e reparação das estradas do nosso concelho, os bombarralenses merecem isso e a nossa Câmara não tem que passar por este tipo de imobilismo, de incompetência e má vontade em servir o nosso concelho e respectivas populações, para já não falar de que este presidente só aparenta iniciativa e urgência, para fazer aprovar projectos cujas empreitadas necessitem de trabalhos a mais na ordem dos cinquenta por cento, caso da Av. Luis Henriques, tem iniciativa e urgência para aprovar trabalhos a mais quando o Chefe da D.T.O.U. não se corresponsabiliza a qualificá-los nesses termos, surge a iniciativa e urgência para que um lote na zona industrial tenha sido vendido por mais ou menos quarenta e cinco contos, caso da CERANFIPE. Surge a iniciativa e a urgência em que a Câmara compre sucata em hasta pública que custou perto de 6 mil contos e que agora o mesmo material, em concurso a Câmara teve uma única oferta de pouco mais de 2 mil contos; surge iniciativa e urgência e autoriza que sejam gastas verbas em determinados eventos cujo montante ao longo do anterior e actual mandato representam milhares de contos que têm vindo a engordar o já ultrapassado milhão de contos de endividamento desta Câmara Municipal, que se tem vindo a acumular de ano para ano e que conforme todos temos constatado, o presidente tem sido o principal obstáculo na inversão desta tendência por virtude da constante obstrução,

ACTA N.º 35/2000 – Reunião ordinária do dia 2000.07.10

mesmo aqueles que lhe são próximos dentro do executivo, travando e não implementando muitas das medidas tendentes a diminuir a despesa que o senhor teima em não acatar.” -----

-----DEFESA DA HONRA: O senhor presidente da Câmara declarou que: “porque na intervenção acabada de fazer pelo senhor vereador são referidos elementos provocatórios e distorcidos da verdade, não posso deixar passar em claro pelo seguinte: -----

- a) Estas suas declarações têm a sua raiz e motivação no pretense abalar da minha determinação. Engana-se pois no momento em que podia parar para pensar não o fez como lhe propus e agora tem só que assumir a sua responsabilidade; -----
- b) Os interesses do concelho não se defendem só com palavras e ainda por cima falhas de conteúdo, mas sim por actos assumidos e praticados no quotidiano; -----

-----Quanto a estes o senhor vereador deve por certo recordar o nosso conteúdo programático e de realizações a que nos propusemos. Algumas acções estarão atrasadas por falta de recursos financeiros, outras existem todavia por retardamento de lançamento e quanto a essas é o concelho que está a ser penalizado. Exemplos: a nova avenida Luis Henriques que liga a Sandeman à Caniceira, esteve com proposta e concurso de empreitada finalizada desde 25.02.1999 (data do despacho) e por ter sido adiada a adjudicação, esta só aconteceu em 7 de Fevereiro de 2000 (decorreu um ano) – assim estamos neste momento a realizar a 1.ª fase quando poderíamos estar a caminho da 2.ª fase – chego a pensar que talvez haja interesse em atrasar o desenvolvimento; outro exemplo é de que tendo sido iniciada a discussão da actualização do regulamento das taxas e licenças em 06.10.1998 apenas foi concluído em Agosto de 1999 e a sua entrada em vigor só decorreu em Fevereiro de 2000 (demoramos 18 meses num processo que por regra demora 5 meses). Outros casos poderia trazer à colação mas não vale a pena repetir o que todos sabemos. Finalizo referindo que as palavras e os homens passam mas a obra perdura através dos tempos.”-----

-----Nada mais havendo a tratar pelas 22.00 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que lavrou a acta. -----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: